Litoral

SEMANÁRIO

DIRECTOR E EDITOR — DAVID CRISTO • ADMINISTRADOR — ALFREDO DA COSTA SANTOS
PROPRIETÁRIOS — DAVID CRISTO E FRANCISCO SANTOS • REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: EM «A LUSITÂNIA», R. DE HOMEM CRISTO, 20 — TEL. 23886 — AVEIRO

A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

pelo Dr. JOAQUIM DE MONTEZUMA DE CARVALHO

EM 16 de Abril de 1960, o Ministro da Educação Nacional do Brasil dirigiu ao Presidente da República uma Exposição de Motivos e um projecto de Lei, propondo a criação da Fundação Universidade de Brasília. Chegou a hora do Brasil ter a sua Universidade representativa, sua no estilo e na intenção criadora, sua ainda como ânsia de renovação e crença no progresso.

A Exposição de Motivos, que adiante analisaremos, é um acto de fé madura dum Povo que sabe o que quer. Diz o ponto 17.º: «no tronco novo da Nação, não quer brotar apenas uma floração ornamental de cultura, mas como raiz que alicerça e nutre. Não quer ficar isolada em torre de marfim, a cultivar as poucas virtudes do espírito, antes deseja descer à planície e pelejar, ao lado do povo, pela sua crescente prosperidade. Deseja ser uma oficina sempre acessa, forjando capacidades mais ágeis e alavancas mais robustas para moverem o nosso explêndido progresso».

Mas antes de falarmos na nova alma da Universidade da Brasília, no seu estilo de vido, não de arquitectura, quero explicar o fenómeno com um pouco de história. A Universidade de Brasília não surge desligada do passado brasileiro, antes é uma superior consciência da reforma que se vinha operando desde 1928. O Brasil, até 1928, estivera seguindo normas portuguesas de ensino; quando muito, algo inovara com o positivismo. A República herdara o legado do Império e em quase nada o alterara. Na vida pedagógica do país, reinava a fragmentação de sistemas ou o sistema era a falta de sistema. O Brasil vivera, até aí, a clássica cultura latina. Mas o Brasil iniciara um movimento de emancipação modernista que arranca de 1922, da já histórica Semana de Arte Moderna, para culminar com a Revolução de 1930.

Dentro deste ciclo de afirmação criadora e nacionalista, quando o Brasil se começa a sentir Brasil, (os seus poetas, os primeiros sentidores), eis que, em 1928, o problema educacional se fez consciência nacional na mente dum sábio, o Prof. Dr. Fernando de Azevedo, ainda hoje catedrático de Sociologia da Universidade de S. Paulo, por direito de generosidade o mais querido e respeitado de todos os mestres paulistas. Fernando de Azevedo é esse homem simples e inteligente que, entre dezenas de livros, um escreveu que é monumento de esforço e sistematização, a sua «Cultura Brasileira» (a 2.ª edição, 1944, conta 530 pgs.) Um livro onde o Brasil nos é explicado sob todos os aspectos e em todas as suas fases, livro sem igual que nos obriga a considerá-lo como o maior historiador da cultura brasileira, tendo desempenhado no Brasil o papel que Joaquim de Carvalho, seu intimo amigo e sua maior amizade de Portugal, realizou em Portugal ao historiar a cultura lusinda.

Joaquim de Carvalho mais filósofo, Fernando de Azevedo mais sociólogo. Mas Fernando de Azevedo vivia num país em ensaio e, antes de mais, há que o considerar um pedagogo da altura dum António Sérgio. Cedo compreendeu que o povo brasileiro só avançaria na medida do ensino. Era espectador de que «o ensino superior continuava, porém, reduzido ao ensino dirigido no interesse da profissão, não no interesse intelectual do indivíduo nem em proveito da ciência, onde a necessidade de enfrentar problemas urgentes ligados à economia nacional orientava os

Continua na página 7

O Leitor tem a palavra...

AVEIRO

A REGIÃO AVEIRENSE
A SUA HISTÓRIA ★ AS SUAS GENTES ★ OS SEUS PROBLEMAS

através de

PERGUNTAS & RESPOSTAS

ELEMENTOS COORDENADOS POR H. LEITÃO

RESPOSTAS

23 — *Lembra-se do naufrágio do «Desertas»? Como foi salvo este navio?*

Quando, em 25 de Fevereiro de 1916, o governo português requisitou os navios alemães, encontrava-se no porto do Funchal o grande vapor *Hoehfeld*, de 6.693 toneladas de carga, construído em 1895 nos estaleiros de Flensburg. Como a sua tripulação, segundo ordens vindas da Alemanha, lhe tivesse causado avarias, veio o navio para Lisboa, onde foi reparado e lhe foi dado o nome de *Desertas*.

No dia 15 de Novembro de 1916, saiu de Lisboa em lastro para Leixões, onde carregaria toros de pinheiro para Inglaterra. Como no dia seguinte o vento começasse a refrescar pelo S. W., carregando-se a atmosfera, o barco virou para fora para se afastar da costa. A's 18 horas do dia 17, com muito mar e vento fortíssimo, o navio começou a não obedecer ao leme, por a pressão das caldeiras ser pouca e o pessoal de fogo estar todo enjoado. Na manhã seguinte, por avaria do condensador parou a máquina, sendo grande o caimento para a costa. A's 14 horas, avistaram o farol de Aveiro; às 18.30, içaram os sinais de socorro imediato; e, às 19, reunida toda a tripulação, foi-lhe comunicado que o navio não montava a costa, delibe-

Continua na página 7

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

Como em devido tempo nestas colunas noticiámos, o Conselho do Distrito de Aveiro, em sua reunião ordinária de 6 de Dezembro findo, emitiu parecer favorável relativamente ao Plano de Actividade e às Bases do Orçamento Ordinário da Junta Distrital para o corrente ano de 1961.

Os aludidos e expressivos documentos, cujo interesse desnecessário se torna encarecer, foram elaborados pelo ilustre Presidente da Junta Distrital de Aveiro, sr. Dr. António Rodrigues, e encontram-se assim redigidos:

PLANO DE ACTIVIDADE

Em cumprimento do preceituado no n.º 4.º do artigo 320.º do Código Administrativo, elaborámos, de acordo com a Junta Distrital, o PLANO DE ACTIVIDADE deste Corpo Administrativo. Nos termos do disposto no n.º 3.º do artigo 295.º do mencionado diploma, compete ao Conselho do Distrito dar parecer sobre aquele documento orientador da actividade distrital, pelo que tenho a honra de submeter à alta consideração dos Ex.mos Procuradores o Plano de Actividade para o ano de 1961.

Antes de mais, afigura-se-nos conveniente fazer algumas considerações acerca da situação financeira deste Corpo Administrativo.

As receitas ordinárias já arrecadadas no presente ano são de molde a garantir-nos, para o ano imediato, uma posição que, não sendo das melhores, nos possibilitará a realização de alguns cometimentos que, assim o julgo, estiveram na base da criação dos novos Corpos Administrativos.

Na verdade, se considerarmos que a receita ordinária pode ultrapassar a que se prevê seja arrecadada no ano em curso, e se atendermos à receita extraordinária proveniente da venda de terrenos anexos ao Asilo-Escola Distrital de Aveiro, poderemos computar em cerca de 3 500 000$00 as receitas a arrecadar no próximo ano de 1961.

Partindo deste princípio, propomo-nos levar a cabo os seguintes cometimentos:

A — *Instalação dos Serviços Distritais*

Inicialmente, funcionaram os serviços desta Junta Distrital numa dependência do edifício do Governo Civil, a qual, não reunindo as condições mínimas exigidas, levou este Corpo Administrativo a procurar instalações mais ou menos apropriadas, o que conseguiu, a título provisório, pelo aluguer do rés-do-chão de um prédio de rendimento, que vem sendo ocupado, desde o passado mês de Fevereiro. Mas tal situação, só a título provisório é que poderá aceitar-se já que, não dispondo de dependências suficientes para instalação de todos os serviços, não será possível a esta Junta Distrital dar, por enquanto, satisfação a todos os cometimentos que lhe são consignados pelos artigos 312.º, 313.º e 314.º do Código Administrativo. Assim — e ao afirmá-lo parece-me interpretar a vontade dos Ex.mos Procuradores — julgo que o

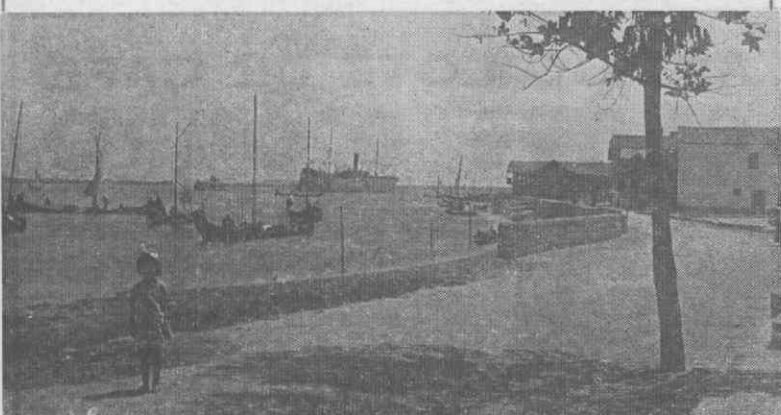
Continua na página 6

aveiro em luanda

NO número de 20 de Dezembro de O Primeiro de Janeiro, *lemos a notícia, do seu correspondente especial em Luanda, de que acabava de ser estabelecida a Comissão de Honra da* Casa do Distrito de Aveiro *em formação na progressiva capital da nossa província de Angola.*

Constituem aquela Comissão algumas distintas individualidades aveirenses: os srs. D. Moisés Alves de Pinho, Arcebispo de Luanda, que é o seu presidente, Dr. António Bandeira Guimarães, Secretário Provincial, Dr. José António Fernandes, Presidente do Tribunal da Relação de Luanda, Dr. Marques Mano, Juiz Desembargador do mesmo Tribunal, e Dr. João Gaioso Henriques, médico radiologista.

Registamos com muito prazer esta notícia e desejamos à Casa do Distrito de Aveiro *em Luanda o rápido início das suas actividades.*

O Litoral *cumprimenta todos os que compõem as suas comissões de honra e executiva e protesta desde já prestar-lhes os auxílios que caibam nas suas possibilidades.*

CLUBE DOS GALITOS

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do artigo 22.º e da primeira parte do artigo 24.º dos Estatutos, *convoco para as 20.30 horas do dia 20 de Janeiro de 1961, a Assembleia Geral do Clube*, a fim de reunir:

1.º — **Em Sessão Extraordinária**, para discutir e votar duas propostas da Direcção, referentes aos seguintes assuntos:

a) solução do problema financeiro das Secções Organizadas do Clube;

b) atribuições de mercês honoríficas a alguns Ilustres Associados.

2.º — **Em Sessão Ordinária**, que imediatamente se seguirá à primeira, para:

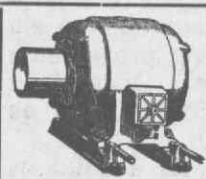
a) Discussão de qualquer assuntos de interesse para a Colectividade;

b) Leitura, apreciação e votação de Relatório e Contas da Gerência de 1960;

c) Eleição dos Corpos Gerentes para o biénio 1961-62.

Se à hora marcada não estiver presente o número mínimo de associados, a Assembleia funcionará, **uma hora depois**, qualquer que sejam as presenças.

Aveiro, 5 de Janeiro de 1961

O Presidente da Assembleia Geral,
a) *Alberto Souto*

SECRETARIA JUDICIAL

Comarca de Aveiro

Anúncio

2.ª Publicação

Faz-se público que, pelo Segundo Juízo de Direito da Comarca de Aveiro e Segunda Secção, nos autos de Execução Sumária que *Diamantino Simões Jorge*, casado, da Taipa, de Requeixo, desta Comarca, move contra *Rosa Marques de Matos Gonçalves* e marido, *Abílio Torres da Fonseca Magalhães*, da Rua de José Luciano de Castro, n.º 5, em Esgueira; *Jacinto José de Matos Gonçalves* e mulher, *Maria Helena de Pinho*, ele ausente no Canadá e ela da Rua de Serpa Pinto, n.º 22, da vila de Ílhavo; e *Abel Cesar de Matos Gonçalves* e mulher, *Maria Manuela Brilhante Gonçalves*, ele ausente no Canadá e ela residente na Rua de São Sebastião, nesta cidade de Aveiro, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação do presente anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados, para, no prazo de DEZ DIAS, findo o dos éditos, deduzirem os seus direitos na referida execução.

Aveiro, 22 de Dezembro de 1960

O Chefe da 2.ª Secção,
Armando Rodrigues Ferreira

Verifiquei a exactidão:

O Juiz de Direito,
Carlos Vilas Boas do Vale

Litoral ★ Aveiro, 7-1-1961 ★ N.º 524

VENDE-SE

Prédio urbano, com terreno, na Estrada de Ilhavo, n.º 96. Propridade denominada «Vila Lourenço Marques».

Tratar no *Banco Nacional Ultramarino*, em Aveiro.

Vende-se

No Solposto, um prédio de boa construção, e 6000 metros quadrados de terreno, com água e pomar.

Para ver e tratar: na Forca, com Vasco Rodrigues Valente, telefone 23759; ou na Quinta do Gato, com Manuel Simões Rocha.

PRECISA-SE

Empregada para escritório, sabendo escrever bem à máquina e c/ prática de todo o serviço de expediente. Falar c/ Manuel J. O. Sérgio & F.os, Suc.. Avenida Central, 57 — AVEIRO.

Arrenda-se

— prédio situado na Rua de Sá, 48 - Aveiro, com rés do chão, 1.º andar e sotão.

Tratar na Rua de Sá, 50.

Malheiro & Boias, L.da

SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO

Segundo Cartório

Certifica-se que, por escritura de 12 de Agosto de 1960, exarada a fls. 18 e seguintes do livro n.º 13-B do arquivo desde cartório, se constituiu entre João Rebelo Pereira Boia, Daniel Francisco José Malheiro de Carvalho, Norberto Pereira Boia e Aníbal Manuel de Castro Ramos uma sociedade por quotas que se regerá pelo constante dos artigos seguintes:

1.º

Esta sociedade adopta a firma *Malheiro & Boias, L.da*, fica com a sua sede em Aveiro, a sua duração é por tempo indeterminado e o seu começo é na data de hoje.

2.º

O seu objecto é o comércio de artigos de utilidade doméstica e qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que a sociedade acorde e para que não seja necessária autorização especial.

3.º

O capital social, já realizado, em dinheiro, é de 20 000$00, correspondente a quatro quotas iguais, de 5 000$00, pertencendo uma a cada sócio.

4.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, sem juro, conforme for deliberado em assembleia geral.

5.º

A cessão de quotas fica dependente do consentimento da sociedade, quer para sócios, quer para estranhos, à qual se reserva em todo o caso o direito de preferência.

6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota que seja penhorada, arrestada ou de outro modo sujeita à arrematação judicial e a amortização considerar-se-á efectuada mediante o depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, à ordem do Juízo competente, da quantia correspondente ao valor nominal da mesma quota.

7.º

Não é permitida a divisão de quotas. No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios os seus herdeiros ou representantes exercerão em comum os direitos do falecido ou interdito, sendo representados por um só herdeiro, nomeado pelos restantes herdeiros do falecido ou interdito, isto enquanto a quota social se mantiver indivisa.

8.º

Todos os sócios são gerentes; porém, a sociedade será representada activa e passivamente, em Juízo e fora dele, sòmente pelos sócios João Rebelo Pereira Boia e Daniel Francisco José Malheiro de Carvalho. Para que fique obrigada a sociedade basta que os respectivos actos e documentos sejam em nome dela assinados por dois dos sócios.

9.º

Salvo os casos para que a Lei exija outros requisitos, as assembleias gerais serão convocadas apenas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência.

10.º

Os balanços fechar-se-ão em 31 de Dezembro de cada ano.

11.º

Dos lucros líquidos apurados em cada balanço deduzir-se-ão 5 por cento para fundo de reserva legal e o restante será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas, termos em que por eles serão suportados os prejuízos, havendo-os.

12.º

Em tudo o omisso regulará a Lei de 11 de Abril de 1901 e mais legislação aplicável, e as deliberações da assembleia geral devidamente tomadas em acta.

E' certidão narrativa parcial, que fiz extrair e vai conforme ao original da parte transcrita a que me reporto.

Aveiro, 17 de Dezembro de 1960

O Ajudante da Secretaria,
Celestino de Almeida Ferreira Pires

Campeonato Nacional da II Divisão

COMENTÁRIO GERAL

No recomeço da competição, um caso houve que assumiu foros de grande importância, já que — e felizmente — ele só raras vezes surge nos nossos campos. Trata-se da forçada antecipação do termo do jogo Boavista-Vianense, que apenas durou 66 minutos: os minhotos venciam por 2-1, quando o juiz de campo suspendeu a partida, por ter sido agredido à pedrada um dos seus auxiliares. Este, que actuava do lado da bancadas, chamara a atenção do seu chefe de equipa para o facto de um axadrezado ter agredido um visitante; o árbitro expulsou, como lhe competia, o homem do Boavista, mas o público *não gostou...*, exaltando-se e excedendo-se em injustificados protestos; procurando, ainda, serenar os ânimos, o árbitro promoveu a troca dos bandeirinhas. Então, e imprevistamente, ocorreu o incidente que motivou a decisão do juiz de campo.

Agora, a Federação abriu um inquérito sobre o caso, só procedendo à homologação do desfecho do jogo após conhecer as suas conclusões.

Lamentável começo de Ano Bom...

Mas nem tudo foram espinhos: atente-se, por exemplo, no quarteto aveirense, que totalizou sete pontos num máximo de oito possíveis! Foi, como é óbvio, um alvorecer de um 1961 atapetado de rosas... A Sanjoanense, empatando nas Caldas da Rainha, evidenciou-se, enquanto que o Feirense se desforrou e o Oliveirense confirmou o anterior êxito — ambos obtendo o mesmo *score* (2-0), ante o Chaves e o Peniche.

Dando a ideia nítida das suas reais possibilidades, o Beira-Mar — finalmente! — saldou uma longa dívida para com os seus adeptos: jogou com garra, acerto e agrado, conseguindo, também, traduzir em golos o seu domínio — o que não sucedia, em encontros oficiais, desde o seu retorno, na época finda, à II Divisão. A vítima dos beiramarenses foi o Gil Vicente; mas a turma de Barcelos, revelando bom espírito de luta e muito desportivismo, só valorizou o precioso triunfo dos amarelo-negros, que, repetimos, produziram boa exibição.

Os albicastrenses somaram novo êxito, assim prosseguindo — a par dos beiramarenses — no segundo posto, a três pontos do *leader*. Finalmente, registe-se que, em Coimbra, o União levou a melhor sobre o Torriense, num prélio de grande interesse para ambos os contendores.

no 14.º DIA

Feirense, 2 — Chaves, 0
Oliveirense, 2 — Peniche, 0
Boavista, 1 — Vianense, 2
C. Branco, 2 — Marinhense, 0
Caldas, 2 — Sanjoanense, 2
União, 2 — Torriense, 0
Beira-Mar, 5 — Gil Vicente, 0

BEIRA-MAR, 5 GIL VICENTE, 0

A partida atraiu enorme multidão ao Estádio de Mário Duarte, se atendermos ao estado do tempo: choveu, mesmo na altura do desafio, e esta circunstância fez afastar alguns espectadores, condicionando, também, a actuação dos atletas, que tiveram de enviar maiores esforços em virtude das precárias condições do terreno.

Os aveirenses entraram com enorme decisão, atacando com insistência e criando imenso perigo em todas as suas investidas, apesar do bom escalonamento e da aplicação dos barcelenses. Estes, por seu turno, responderam com lances bem planificados e urdidos, sempre com muita rapidez — com isto se valorizando o espectáculo. Todavia, e dado o acerto e a autoridade dos defensores de Aveiro, os dianteiros gilistas foram sempre inofensivos e pouco agressivos, salvo na parte derradeira do prélio, em que, já com o *score* final estabelecido, tentaram afanosamente reduzir os números.

Então, e em dois lances, o ponto de honra da turma de Barcelos esteve à vista. Mas, a terem goleado os barcelences, os locais deveriam, também, ter a devida compensação com maior número de pontos, já que só a deficiente pontaria de Calisto e o manifesto azar de Miguel em duas recargas que Faneco defendeu sobre o risco evitaram que a marca ganhasse expressão mais consentânea com o filme do encontro. Refira-se, ainda, que o já referido Miguel, no declinar do jogo, e Correia, este logo de entrada, enviaram a bola à madeira das balizas à guarda do Gil Vicente... E houve, ainda, várias outras perdidas dos avançados locais que, pela primeira vez de há duas épocas a esta parte, conseguiram obter mais de três golos num encontro oficial!

O Beira-Mar — que no passado domingo completou o seu trigésimo

Continua na página 6

Registo

A'rbitro — Eduardo Neves — *Fiscais de linha* — José Albano (bancada) e Francisco Adriano (peão) — todos da Comissão Distrital de Viseu.

BEIRA-MAR — Violas; Louceiro, Liberal e Jurado; Amândio e Marçal; Miguel, Laranjeira, Calisto, Garcia e Correia.

GIL VICENTE — Armando (Alfredo, na 2.ª parte); Antunes, Sampedro e Faneco; Canário e Ferreira; Manuelzinho, José Carlos, Fernando Mendonça (ex-Sp. de Braga), Vieira e Silvio (ex-Sp de Braga).

1.ª parte: 3-0.

Golos — GARCIA, aos 28, 45 e 65 m., CORREIA, aos 42 m., e CALISTO, aos 61 m..

do jogo

DES POR TOS

SECÇÃO DIRIGIDA POR ANTÓNIO LEOPOLDO

CAMPEONATOS DE AVEIRO

I DIVISÃO

A prova terminou no domingo, com um merecido êxito do Sporting de Espinho. A turma da Costa Verde, acompanhada pelo Arrifanense, pelo Recreio de Agueda e pelo Ovarense, representará, agora, a Associação de Aveiro no Campeonato Nacional da III Divisão.

Mercê dos resultados apurados ao longo do torneio, o Cesarense ficou em último lugar, pelo que tem de baixar à II Divisão Distrital. Ao Sporting da Vista Alegre, o penúltimo, compete tomar parte nos jogos de passagem.

Resultados da última ronda:

ARRIFANENSE, 2—CUCUJÃES, 0; PEJÃO, 7—LUSITÂNIA, 2; CESARENSE, 1—VISTA ALEGRE, 3; ESPINHO 2—OVARENSE, 1; e LAMAS, 7—RECREIO, 1.

JUNIORES

Resultados da terceira ronda — última da primeira volta da poule final:

Feirense, 1 — Sanjoanense, 2
Ovarense, 7 — Recreio, 1

Continua na página 6

Xadrez de Notícias

Encontra-se elaborado o calendário dos jogos do Campeonato Nacional da II Divisão, em basquetebol, após o sorteio que, na passada segunda-feira, se efectuou em Lisboa, na sede da Federação. Publicá-lo-emos na próxima semana.

Hoje, apenas acrescentaremos que o Galitos e o Beira-Mar se encontram agrupados na mesma série, tendo como adversários o Educação Física do Norte, o Vilanovense, e o Salesianos (ou o Gaia), do Porto, e ainda o Olivais, de Coimbra.

Em consequência das lamentáveis ocorrências verificadas, no domingo, no decorrer do jogo Boavista-Vianense, a Federação Portuguesa de Futebol interditou, por três desafios, o Campo do Bessa; não considerou o protesto apresentado pelos portuenses; e não homologou, ainda, o resultado do aludido encontro, por ter ordenado um inquérito aos incidentes que então se registaram.

A turma de ciclismo do Sangalhos foi convidada a participar na Volta à Andaluzia, que brevemente se disputará naquela conhecida província espanhola. Irão a Espanha: Alves Barbosa, Antonino Baptista, António Catela, Fernando Henriques da Silva, Aquiles dos Santos e um outro corredor.

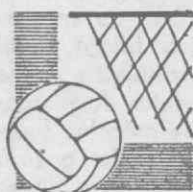
Paulino, em virtude da amnistia concedida aos desportistas na quadra de Natal e Ano Novo, já amanhã poderá ser utilizado pelo Beira-Mar, no encontro com o Torriense.

Hoje, à noite, o Sporting de Espinho homenageia, no decorrer de um jantar, as suas atletas de voleibol, que, como noticiámos em devido tempo, venceram brilhantemente o Campeonato Nacional da modalidade.

Mário Silva, de Lisboa, é o árbitro indicado para dirigir, amanhã, o desafio de futebol Torriense-Beira-Mar.

Continua na página 6

Basquetebol

Campeonato Distrital da I Divisão

A prova prosseguiu, nas datas oportunamente indicadas, tendo-se apurado desfechos plenamente normais, com vitórias do Galitos, da Sanjoanense e do Sangalhos sobre Esgueira, Illiabum e Cucujães. O Beira-Mar folgou.

Deste modo, ficou ainda por decidir o apuramento da terceira equipa de Aveiro para a II Divisão Nacional. Existem, agora, três pretendentes; mas a incógnita só hoje ficará resolvida, após a efectivação dos derradeiros jogos da competição — dois dos quais são decisivos, como poderá conhecer-se pela análise, que a seguir faremos, das possibilidades dos candidatos ao terceiro posto.

— Se o Esgueira perder ou empatar em Ílhavo, quem triunfar na partida Sangalhos-Sanjoanense ficará em terceiro.

— Se se verificarem êxitos simultâneos do Esgueira e do Sangalhos, os apurados serão os esgueirenses. Na hipótese de triunfos simultâneos do Esgueira e da Sanjoanense, a questão virá a decidir-se pelo *goal-average* final entre ambos.

— Finalmente, no caso de se registarem empates em Ílhavo e em Sangalhos, a Sanjoanense qualifica-se para a II Divisão Nacional.

Classificação actual

	J.	V.	E.	D.	Bolas	P.
Galitos	12	11	—	1	447-293	34
Beira-Mar	11	9	—	2	449 384	29
Sangalhos	11	5	—	6	392 384	21
Esgueira	11	5	—	6	380-387	21
Sanjoanen.	11	5	—	6	405-418	21
Illiabum	11	3	—	8	357 386	17
Cucujães	11	1	—	10	238 416	12

Jogos para hoje: Illiabum-Esgueira (34-40), em Ílhavo; Sangalhos-Sanjoanense (47-52), em Sangalhos; e Cucujães-Beira-Mar (19 42), em Cucujães.

Galitos, 58 Esgueira, 31

Jogo no Rinque do Parque, na penúltima quinta-feira, à noite. A'rbitros — Manuel Arcoja e Manuel Bastos.

GALITOS — Albertino 4, José Fino 18, Arlindo 10, Artur Fino 4, Hernâni 8, João 4, Matos, Calisto, Naia 8, Júlio e Mário Júlio.

ESGUEIRA — Rovara, Raul, 2, Manuel Pereira 1, Vinagre 8, César 17, Júlio 3 e Calsto.

1.ª parte: 34-13. 2.ª parte: 24-18.

O Galitos conseguiu 28 cestas de campo e converteu 2 lances livres em 5 tentativas (40 %). O Esgueira obteve 12 cestas de campo e transformou 7 lances livres em 18 tentativas (38,88 %).

Cucujães, 21 Sangalhos, 44

Jogo no Campo de Castro Lopes, em Cucujães, na noite da penúltima sexta-feira. A'rbitros — Albano Baptista e Narsindo Vagos.

Continua na página 6

Campeões de Aveiro *A turma do Clube dos Galitos que venceu o Campeonato Distrital de Aveiro em 1960-1961, na companhia do seu dedicado orientador técnico José Nogueira Martins.*

A CIDADE

SERVIÇO DE FARMÁCIAS

Sábado	M. CALADO
Domingo	AVEIRENSE
2.º feira	SAÚDE
3.º feira	OUDINOT
4.º feira	MOURA
5.º feira	CENTRAL
6.º feira	MODERNA

Sufrágios por alma de D. João Evangelista de Lima Vidal

Na passada quinta-feira, dia 5, completaram-se três anos sob o falecimento do saudoso Arcebispo-Bispo de Aveiro, D. João Evangelista de Lima Vidal.

Sufragando a sua alma, realizam-se na Sé Catedral, na próxima segunda-feira, dia 9, diversas cerimónias fúnebres, a que presidirá o actual Bispo da Diocese, sr. D. Domingos da Apresentação Fernandes.

Pelas 10 horas, será celebrada missa de *requiem*, seguindo-se uma romagem ao Cemitério Central, onde repousam os restos mortais do saudoso Prelado aveirense.

Homenagem a Pereira da Silva

Com a intenção de patentear o seu apreço pelos dotes do promissor contista aveirense Armando Pereira da Silva — estimulando-o, ao mesmo tempo, no prosseguimento da carreira que escolheu — um grupo de amigos e admiradores promove hoje, pelas 19.30 horas, um jantar de carácter íntimo, mas que certamente reunirá a inscrição de inúmeras pessoas desejosas de testemunhar a confiança que já lhe merecem as reais qualidades do jovem escritor.

Pereira da Silva é um dos directores da página *Væ Victis!*, do *Litoral*, e acaba de obter o primeiro prémio no concurso «Os melhores contos do Natal», organizado pelo *Diário de Lisboa*, como na semana finda nestas colunas se noticiou.

Zé Penicheiro

Alguns dos nossos leitores perguntaram-nos pelo nome do autor do sugestivo desenho que publicámos na primeira página do número anterior. Poderíamos a todos responder que o traço inconfundível da composição é, por si, a assinatura do artista. Mas a verdade é que só por lapso não mencionámos o nome de Zé Penicheiro quebrando, sem querermos, a norma da casa de dar o seu ao seu dono.

Que o distinto artista nos perdoe. E, como brinde aos leitores que tanto apreciam aquele nosso colaborador artístico, julgámos oportuno reeditar hoje duas interessantes interpretações do mesmo consagrado autor.

Rotary Clube

Na pretérita segunda-feira, no Restaurante Galo d'Ouro, o Rotary Clube de Aveiro promoveu a sua primeira reunião do corrente ano. Presidiu o sr. Egas Salgueiro, tendo sido convidado para a costumada saudação à Bandeira Nacional o sr. Joaquim Adriano Campos Amorim.

Após breves palavras do Presidente do Clube e do Chefe do Protocolo, sr. Carlos Grangeon Ribeiro Lopes, o Secretário do Rotary de Aveiro, sr. Carlos Alberto Machado, ocupou-se do expediente, tendo dado conta de correspondência de Boas-Festas recebida de diversos clubes congéneres de Portugal, do Brasil, de França, do Canadá e dos Estados Unidos, lendo ainda cartas em que as Florinhas do Vouga, o Asilo e o Albergue Distrital agradecem os bodos de Natal que lhes foram atribuídos pelo Rotary de Aveiro. Ainda no uso da palavra, o sr. Carlos Alberto Machado deu conta de um donativo de 500$00 enviado ao Clube pelo rotário sr. Joaquim de Almeida, do Clube de Luanda, que se encontra presentemente na Metrópole.

A reunião prosseguiu com uma agradável palestra do sr. Dr. José Manuel Canavarro, que bordou considerações de muito interesse no desenvolvimento do tema «Passagens de Ano».

Os srs. Carlos Grangeon Ribeiro Lopes e António Guimarães fizeram comunicações de interesse rotário. E, logo após, o sr. Dr. Joaquim Henriques apresentou um brilhante trabalho — «Poetas da minha saudade» —, nele evocando dois seus antigos condiscípulos naturais de Ílhavo e poetas de rara sensibilidade, recitando algumas composições de sua autoria: Manuel Francisco da Silveira, que a morte levou na flor da mocidade, e o Dr. João Carlos Celestino Gomes, médico e artista de muitos merecimentos, recentemente falecido.

O sr. Cravo Calisto Machado procedeu à habitual *quête* destinada aos fins de assistência do Clube. Do comentário da reunião ocupou-se, com muito espírito, o sr. Carlos Manuel Gamelas, que particularmente se referiu aos dois palestrantes, felicitando-os.

Por fim, o sr. Egas Salgueiro encerrou a reunião, congratulando-se pelo seu brilhantismo e elevação. O Presidente do Rotary de Aveiro, nas suas palavras, dirigiu uma saudação à Imprensa.

Director do Distrito Escolar de Aveiro

Na última quarta-feira, dia 4, passsou o primeiro aniversário da posse do sr. prof. Boaventura Pereira de Melo no cargo de Director do Distrito Escolar de Aveiro.

Por tal motivo, os adjuntos srs. profs. José Francisco Lavado Corujo e José Veríssimo Alves Moreira, bem como os demais funcionários da Direcção Escolar, foram apresentar cumprimentos ao seu Director, no seu gabinete. Ali, e em nome de todos, proferiu algumas palavras o Adjunto sr. prof. Lavado Corujo, em comemoração da data, enaltecendo as qualidades e boa camaradagem do seu superior hierárquico, e salientando a boa harmonia e colaboração que entre todos reina dentro da Direcção Escolar.

O sr. Director Escolar agradeceu aquela prova de estima dos seus subordinados, com palavras de estímulo para quantos ali trabalham, a todos reiterando a sua amizade, apoio e confiança.

Pelos Tribunais

JUDICIAL

DISTRIBUIÇÃO DE 5-1-1961

Acção sumária — António Martins Vieira, de Nariz, contra Armando Vieira Martins e mulher, também de Nariz (1.º Juízo — 2.ª Secção).

Acção sumaríssima — Frazão & Oliveira, desta cidade, contra José Pires da Silva e mulher, de Esgueira (1.º Juízo — 2.ª Secção).

Acção sumaríssima — Manuel dos Santos, do Bonsucesso, contra Casimiro Fernandes Costa e mulher, do Bonsucesso (1.º Juízo — 2.ª Secção).

Acção especial de posse judicial avulsa — António Martins Vieira e mulher, contra Adriano da Silva Cristo, proprietário, de Nariz (2.º Juízo — 1.ª Secção).

Inventário orfanológico — Por óbito de António Santana de Pinho, que foi de Ílhavo (1.º Juízo — 1.ª Secção).

Inventário orfanológico — Por óbito de Maria de Jesus e marido, Francisco Domingues Novo, que foram de Ílhavo (2.º Juízo — 2.ª Secção).

Inventário entre maiores — Por falecimento de João Caçoilo Novo, que foi da Gafanha da Nazaré (2.º Juízo — 1.ª Secção).

Carta precatória para penhora — Vinda do 1.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa, contra António da Cruz Costa, e mulher, da Légua-Ílhavo (1.º Juízo — 2.ª Secção).

Carta precatória para penhora — Vinda do 1.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa, contra Luís dos Santos Pires, da Gafanha da Nazaré (2.º Juízo — 1.ª Secção).

Carta precatória para penhora — Vinda do Tribunal Judicial da Comarca da Figueira da Foz, contra Manuel Tavares Duarte, morador na Rua das Cardadeiras (2.º Juízo — 2.ª Secção).

Carta precatória para penhora — Vinda do Tribunal Judicial da Comarca de Anadia, contra Fernando Silveira Tavares e mulher, da Quinta do Loureiro.

Ofício precatório para declarações — Vindo do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra, para ser ouvido Abel Resende, desta cidade.

Novo correspondente do Diário «Novidades»

O Rev.º Padre Manuel Caetano Fidalgo, Director do «Correio do Vouga», foi recentemente escolhido para correspondente e representante em Aveiro do diário católico «Novidades», substituindo, nestes cargos, o Redactor do «Correio do Vouga» Mário da Rocha.

Os nossos cumprimentos.

A Universidade de Brasília

Conclusão da página sete

gozará, administrativamente, das virtudes de uma empresa privada. Terá um património susceptível do progressivo enriquecimento, capaz de proporcionar-lhe, no futuro, total emancipação económica.» Nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios Estatutos, a Universidade gozará de autonomia didáctica, administrativa, financeira e disciplinar. A Universidade será, pois, um corpo autónomo e, servindo a Nação, não estará dependente dos governos e das suas contingências. A Fundação será administrada por um Conselho Director, composto por seis membros e dois suplentes, escolhidos, uns e outros, entre pessoas de real competência e reputação, renovando-se cada dois anos pela sua metade. O Conselho elegerá o seu Presidente, o qual exercerá as funções de Presidente da Fundação e terá o título de Reitor da Universidade. A Universidade de Brasília quer ser exemplo de Universidade onde se divulgue cultura e onde se preparem cientistas e ser ela própria um centro de pesquisa. Na definição da Exposição de Motivos ela deseja ser essa «instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos de saber e de divulgação científica, técnica e cultural». A Universidade de Brasília realiza, assim, o melhor preceito de uma nova Universidade latino-americana, dentro duma realidade onde as universidades desempenham uma alta função social, nacional e continental.

Inhambane, 27/Dez.º/60

Joaquim de Montezuma de Carvalho

a BORLETTI

Comunica que, até à presente data, ainda não apareceu o portador do bilhete a que corresponde o 1.º prémio do sorteio-brinde que efectuou pelo Natal.

O contemplado com esse excelente prémio — um rádio PHILCO — deverá levantá-lo dentro de um mês a contar da data da Lotaria do Natal, portanto só até o dia 22 de Janeiro corrente.

Benemerência

Em nome da *Mobil Oil Portuguesa*, o seu Inspector sr. José Ferreira da Costa Mortágua entregou, por ocasião do Natal, a quantia de 500$00, dividida em partes iguais, às seguintes instituições: Sopa dos Pobres, Gota de Leite, Florinhas do Vouga, Albergue de Mendicidade e Conferência Vicentina de Santa Joana Princesa.

Apesar do Inverno que se tem feito sentir, a Lota de Aveiro esteve regularmente movimentada durante o mês de Dezembro, tendo sido ali transaccionado peixe no valor de 1 276 698$00, das seguintes procedências: trazido pelas traineiras, 1 231 806$00; arrastões do alto, 3 479$00, pescado na Ria de Aveiro, 41 413$00.

A traneira «Brasilia» foi a que andou com mais sorte, pescando só à sua parte sardinha e carapau no valor de 138 967$00. Seguiram-se-lhe a «Carolina Eugénia» e a «Orquídea» com 114 714$00 e 111 317$00, respectivamente.

Festa de S. Gonçalinho

★ Em 15 e 16 do corrente, realizam-se os tradicionais festejos em honra de S. Gonçalinho, que se venera na sua capelinha do bairro piscatório da Beira-Mar.

O programa de solenidades religiosas e festividades populares previsto para este ano encontra-se assim elaborado:

Dia 15 (domingo) — *A's 8 horas*, Alvorada, com girândolas de foguetes e repiques de sinos, anunciando o início dos festejos; *às 11 horas*, Missa Solene, com sermão, acompanhada pela *Capela* da Banda Amizade; *às 16 horas*, Ladainha cantada pelo Pároco da Vera-Cruz, acompanhada pela *Capela* da referida Banda; *após esta cerimónia*, realiza-se um arraial popular, em que se ouvirá a Banda Severense, havendo o tradicional lançamento de cavacas; *às 21 horas*, Arraial Nocturno, com o concurso da Banda Amizade e da Banda Severense; *às 23.30 horas*, Sessão de fogo de artifício, a cargo do pirotécnico Mário Correia da Silva, da Vila da Feira.

Dia 16 (segunda-feira) — *A's 8 horas*, Alvorada, com girândolas de foguetes; Missa, na Capela; *às 15 horas*, haverá as tradicionais cavalhadas, com lançamento de cavacas, e um concerto pela Banda Amizade, que se fará ouvir até à hora da entrega dos cargos aos mordomos que servirão durante o próximo ano; *às 21 horas*, Exibição do Grupo Coreográfico Tricanas de Aveiro.

★ Amanhã, pelas 13 horas, haverá um Cortejo de Pastorinhos, da Capela da Senhora das Febres para a Capela de S. Gonçalinho, onde serão leiloadas as ofertas.

Obras interiores do porto

Procurando solucionar o problema do apetrechamento e acesso do porto de Aveiro, a Junta Autónoma tem trabalhado com grande actividade para a efectivação das necessárias obras, empreendimento que tem contado com o apoio e comparticipação do Ministério das Obras Públicas. Ainda este mês se procederá à abertura das propostas para arrematação da empreitada de construção de arruamentos no porto bacalhoeiro, obra que se impunha e muito vem beneficiar as actividades do referido porto.

Cartões de Visita

FAZEM ANOS:

Hoje — As sr.as D. Dora de Resende Ferreira Machado, esposa do sr. Dr. Romão Machado, e D. Rosa de Jesus Branco dos Reis, esposa do sr. Adriano Amorim dos Reis, ausentes em Luanda; e o estudante Francisco Manuel, filho do sr. Dr. Romão Machado.

Amanhã — As sr.as D. Isaura de Seabra Vieira Liberal, esposa do sr. Manuel Marques Liberal, e D. Dalila Beatriz Ala dos Reis, filha do sr. Domingos João dos Reis Júnior.

Em 9 — O sr. Manuel Álvaro de Almeida d'Eça Soares, filho do sr. Dr. Manuel Soares; e o menino Manuel Jubero Belo Cardoso, filho do sr. Antero Pires Cardoso.

Em 10 — As sr.as D. Ângela Moreira da Maia, esposa do sr. Francisco Nunes da Maia Júnior, D. Maria Isabel Boia Ramos, esposa do sr. Aníbal Ramos, e D. Maria Augusta de Oliveira, esposa do sr. Manuel Agostinho da Silva, da Murtosa; e os srs. José dos Santos Pçarra e Abel Ferreira da Encarnação Durão.

Em 11 — As sr.as D. Elvira Andrade de Carvalho, viúva do saudoso Arnaldo Soares de Sousa; e D. Maria de Lourdes Morais Domingues.

Em 12 — A sr.ª D. Olga da Silva Conde Moreira González; o Rev.º Padre José Maria Carlos; os srs. Eng.º Alberto Branco Lopes, Presidente da Comissão Municipal de Turismo, Major José Alves Moreira e João Rodrigues Marques Poulino, residente em Lourenço Marques; e o menino Luís Filipe Soares Nordeste, filho do sr. Manuel Ricardo da Cruz Nordeste.

Em 13 — As sr.as D. Maria Fernanda Pinta Madail Boia, esposa do sr. Carlos Lourenço Boia, D. América da Costa Forte, esposa do sr. António Nunes Forte, residente em Lourenço Marques, e D. Florinda Teixeira de Oliveira Romão, esposa do sr. Porfírio da Maia Romão; sr. Manuel Simões Martins Júnior; e a menina Maria Eugénia Ferreira Pinho dos Neves, filha do sr. Capitão Joaquim Pinho dos Neves.

PEDIDO DE CASAMENTO

No passado dia 1 de Janeiro, foi pedida em casamento para o sr. Manuel Ferreira Martins, professor da Escola Industrial e Comercial de Brotero, de Coimbra, filho do sr.º D. Maria Ferreira Martins e do sr. José Martins, a menina Dina da Cunha Reis, filha da sr.ª D. Élia da Cunha Reis e do sr. Carlos Alberto Reis.

O enlace realiza-se brevemente.

NASCIMENTO

Na Casa de Saúde da Vera Cruz, nasceu, no passado dia 30 de Dezembro, uma filhinha ao casal da sr.ª D. Inês dos Santos e do sr. José Soares, sócio-gerente da firma Pinheiro, Martins & Soares, desta cidade.

Os nossos parabéns

Agradecimento

Maria do Amparo Gamelas da Costa, na impossibilidade de pessoalmente agradecer a todos quantos se interessaram pelo seu estado de saúde aquando da sua doença, vem por este meio fazê-lo, reconhecidamente, patenteando-lhes a sua imensa gratidão.

Aveiro, 2 de Janeiro de 1961

AGRADECIMENTO

José Gomes Barros, que durante cerca de 20 anos foi operário das Fábricas Aleluia e agora se encontra impedido de trabalhar, em virtude da sua doença, vem por este meio pùblicamente agradecer aos seus Patrões todos os benefícios e cuidados que lhe têm desde sempre dispensado.

Aproveitando o ensejo, testemunha o seu profundo reconhecimento ao Ex.mo sr. Dr. Luís Eduardo Ramos, que proficientemente e competentemente o tratou; e significa a todas as pessoas amigas — particularmente aos seus colegas de Fábrica —, a sua gratidão pelo interesse demonstrado pela sua saúde.

Aveiro, 2 de Janeiro de 1961

Horário dos Comboios

PARA O SUL		PARA O NORTE		PARA O V. DO VOUGA		Comboios destinados a Aveiro que chegam do V. do Vouga e do Porto	
Horas de partida	Obs.	Horas de partida	Obs.	Horas de partida	Obs.	Chegada	Obs.
1.28	Correio, Lisboa	5.34	Correio, Porto	7.45	Liga para Viseu	7.20	De Sernada do Vouga
7.00	Coimbra	6.50	Tránvia, Porto	10.21	» » »	8.17	» » » »
7.28	Coimbra (a)	8.27	» »	12.58	» » »	10 48	De Viseu
9.16	Coimbra	11.01	» »	16.25	» » »	12.58	De Sernada do Vouga
10.19	Foguete, Lisboa	12.22	Rápido, Porto	18.10	» » »	14.08	Tranvia do Porto
11.29	Coimbra	12.53	Tranvia, Porto	18.55	» » »	15.50	De Viseu
13 21	Semi-directo, Lisboa	14.53	Automotora, Porto	20.00	Só até Sernada	19.25	» »
15.04	Foguete, Lisboa	16.21	Semi-directo, Porto			20.27	Tranvia do Porto
16.02	Autom., Coimbra (a)	17.55	Foguete, Porto			21.52	» » »
18.52	Coimbra	18.30	Tranvia, Porto			22.47	De Viseu
19.40	Rápido, Lisboa	19.31	» »				
		21.22	» »				
		22.34	Foguete, Porto				

(a) Têm ligação para Lisboa

Junta Distrital de Aveiro

Continuação da primeira página

problema número um que carece de imediata solução será a construção do edifício-sede dos serviços desta Junta Distrital. Para o efeito reserva-se um dos lotes do terreno do Asilo-Escola Distrital de Aveiro, encarando-se a possibilidade da construção do respectivo edifício, aguardando-se que seja concedida a indispensável comparticipação do Ministério das Obras Públicas.

B — *Fomento*

Embora as Câmaras Municipais do Distrito, pela voz dos seus Presidentes e representantes ao Conselho do Distrito se tenham pronunciado favoràvelmente quanto à orientação por nós preconizada no sentido de, antes de mais, esta Junta Distrital orientar a sua actividade rumo à construção imediata da sede de todos os serviços, conforme consta do relatório que sobre o assunto apresentei na reunião ordinária de vinte e seis de Maio último, da Junta Distrital, entendo que, mesmo assim, poderá, dentro da medida do possível, colaborar-se na organização de paradas ou exposições de produtos agrícolas ou das indústrias regionais, na instituição de prémios destinados a estimular a agricultura, a pecuária e as indústrias tradicionais da região e sobre a instituição de bolsas de estudo, prevendo-se, para o efeito, a concessão de subsídios.

C — *Cultura*

Debruçando-nos sobre as atribuições conferidas às Juntas Distritais em matéria de cultura, afigura-se-nos que a respectiva execução está, em grande parte, prejudicada enquanto não houver edifício próprio para a instalação dos serviços. Pelas limitações apontadas, entendemos que em tal matéria poderemos tão-sòmente dar a nossa ajuda, como já aconteceu no presente ano, ao Conservatório Regional de Aveiro, tendo em vista o papel que se propõe levar a cabo na vida cultural do Distrito, e a outros estabelecimentos congéneres.

D — *Assistência*

Atendendo à actual redacção do artigo 314.° do Código Administrativo que em matéria de assistência confere, ùnicamente, competência às Juntas Distritais para administrar os estabelecimentos assistenciais a seu cargo, não poderá este Corpo Administrativo criar novos serviços. Por isso, pertence-lhe sòmente administrar as obras de assistência que, nos termos do n.° 1.° do Artigo 6.° do Decreto-Lei n.° 42 536, de 28 de Setembro de 1959, passaram para a sua administração, pela extinção das Juntas de Província.

São 4 as obras assistenciais que esta Junta Distrital tem a seu cargo: Casas da Criança de Águeda, Albergaria-a-Velha e Mealhada e Asilo-Escola Distrital de Aveiro. Nestes estabelecimentos, todos com uma frequência superior a 60 internados, destaca-se a assistência prestada no último, que, em regime de internato, alberga rapazes dos 7 aos 17 anos.

Há o propósito de restabelecer naquele Asilo-Escola a secção feminina que já em tempos funcionou, aumentando-se a respectiva frequência para 100 rapazes e 100 meninas. Para tanto, torna-se necessário construir um novo edifício, até porque, pretendendo esta Junta Distrital colaborar na campanha de extinção à mendicidade, em tão boa hora lançada por Sua Excelência o Ministro do Interior, não pode deferir todos os pedidos de internamento naquele estabelecimento assistencial, dadas as precárias condições das actuais instalações do Asilo-Escola.

Na medida do possível, penso que deverá providenciar-se no sentido de se levar a cabo a construção do novo edifício do Asilo-Escola Distrital de Aveiro, desde que, pelos Ministérios das Obras Públicas e da Saúde e Assistência sejam concedidas as imprescindíveis comparticipações, dado que esta Junta Distrital não terá possibilidades financeiras de, só por si, levar a cabo tão útil construção.

BASES DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Considerando que ao Presidente da Junta compete preparar as bases do orçamento ordinário;

Considerando que compete ao Conselho do Distrito discutir e votar aquelas bases, nos termos do n.° 4.° do art.° 295.° do Código Administrativo;

No uso da competência que me confere o n.° 5.° do art.° 320.° do citado diploma, tendo em vista o que preceitua o art.° 757.°, aplicável por força do disposto no art.° 787.° do Código Administrativo, tenho a honra de propôr à discussão e votação do digno Conselho do Distrito as seguintes Bases do Orçamento Ordinário da Junta Distrital para o ano de 1961:

BASE I — *Cômputo aproximado das Despesar a efectuar*

Com a manutensão dos serviços existentes, a realização de obras novas e a efectivação de certos despesas, computa-se em cerca de 3 500 000$00 a despesa a efectuar por esta Junta Distrital no ano de 1961.

BASE II — *Discriminação das Obras de interesse público e sua dotação aproximada*

No próximo ano propõe-se a Junta efectuar as seguintes obras novas:

I — Melhoramentos Urbanos

1 — Construção do edifício-sede para instalação de todos os serviços inerentes à Junta Distrital . . . . 1 500 000$00

2 — Construção de um novo Asilo-Escola Distrital, com capacidade para 100 rapazes e 100 meninas . 1 000 000$00

II — Outras Obras e Melhoramentos

Além das obras antes referidas prevê-se a ampliação da Casa da Criança da Mealhada e pequenas obras de reparação nas Casas da Criança «Deuladeu Martins», de Águeda, e de Albergaria-a-Velha.

Para fazer face às obras antes referidas a realizar no ano de 1961, conta a Junta com as comparticipações do Estado nas percentagens habituais, importâncias resultantes da alienação dos terrenos anexos ao Asilo-Escola Distrital, o saldo que transitará em 31 de Dezembro do ano em curso, bem como com as receitas gerais deste Corpo Administrativo.

BASE III — *Novos lugares a criar*

Atendendo à competência conferida às Juntas Distritais em matéria de fomento — n.° 2.° do art.° 312.° do Código Administrativo — prevê-se a criação de um lugar de arquitecto ou de engenheiro, ou mesmo dos dois, no caso dos serviços daqueles vierem a interessar aos Municípios do Distrito.

No Asilo-Escola Distrital de Aveiro, considerando que se prevê o aumento da respectiva frequência para 100 internados, torna-se necessária, pelo menos, a criação do lugar de vigilante, no quadro do pessoal menor, especializado e operário.

BASE IV — *Indicação das economias a realizar na Administração Distrital*

Embora se procure reduzir as despesas, que, por um fenómeno natural tendem a crescer, não se poderá contar, no próximo ano, com a realização de economias na Administração Distrital.

Continuações da página três

Xadrez de Notícias

Em sua reunião de terça-feira finda, a Direcção do Gil Vicente puniu sete dos doze jogadores, que, no domingo, alinharam em Aveiro, ante o Beira-Mar! Vieira e Silvio, foram repreendidos; Antunes, Canário e Armando, multados em 100$00; José Carlos, multado em 200$00; e Manuelzinho, multado em 300$00.

O Pejão, no intuito de manter em actividade os grupos de futebol arredados da III Divisão Nacional, estuda a possibilidade de se organizar um torneio que preencha o forçado defeso em que se encontram muitas turmas. Oxalá consiga levar por diante a sua louvável iniciativa, que sinceramente felicitamos.

Basquetebol

CUCUJÃES — João Ramalhosa 3, Jorge 12, Bastos 4, Silvestre, Costa 2 e Andrade.

SANGALHOS — Calvo, Feliciano 5, Marçal 21, Amândio 10, Alberto 4, Barros 4, Farate, Tavares e Manuel Ferreira.

1.ª parte: 6-24. 2.ª parte: 15-20.

O Cucujães alcançou 10 cestas de campo e converteu 1 lance livre em 3 tentados (33,33 %). O Sangalhos conseguiu 18 cestas de campo e transformou 8 lances livres em 26 tentativas (30,76 %).

Sanjoanense, 47 Illiabum, 40

Jogo no Pavilhão dos Desportos de S. João da Madeira, na penúltima sexta-feira, à noite. Árbitros — Carlos Neiva e Manuel Gonçalves.

SANJOANENSE — Tavares 4, Carlos Silva, Joaquim Lagoa 10, Edmundo 23, Américo 4, Armando 6 e Mário.

ILLIABUM — Gilo 4, Balseiro 10, Balau 2, Elmano 5, Cochim 7, Jorge 8, Correia 2 e Matias 2.

1.ª parte: 25-16. 2.ª parte: 22-24.

A Sanjoanense obteve 20 cestas de campo e converteu 7 lances livres em 9 tentados (77,77 %). O Illiabum conseguiu 17 cestas de campo e transformou 6 lances livres em 16 tentativas (37,5 %).

FUTEBOL

nono aniversário — venceu sem discussão e folgadamente, conseguindo, desta forma, uma prenda de anos de excelente sabor, uma vez que ela virá, certamente, dar novos alentos aos seus atletas, reforçando a sua candidatura a um dos postos cimeiros da tabela final.

No Beira-Mar, Amândio fulgiu a grande altura, podendo considerar-se o melhor elemento em campo. A seguir, evidenciaram-se Liberal (à frente de todo o sólido bloco defensivo), Garcia, Correia, Laranjeira e Marçal. No Gil Vicente, Sampedro, Faneco, Ferreira e Vieira foram os melhores e mais úteis elementos.

Eduardo Neves foi imparcial, mas teve uma falha ao longo da sua actuação, ao julgar deficientemente e erradamente nos castigos que assinalou, pois sempre favoreceu os infractores, com apitadelas que, nalguns casos, foram mesmo extemporâneas.

Mapa da Classificação

CLUBES	J	V	E.	D	Bolas	P
Oliveirense	14	10	—	4	29 - 16	20
Beira-Mar	14	6	5	3	25 - 16	17
C. Branco	14	7	3	4	26 - 18	17
Caldas	14	7	2	5	29 - 24	16
Boavista	14	7	1	6	31 - 22	15
Marinhense	14	6	2	6	26 - 17	14
Peniche	14	6	2	6	19 - 23	14
Torriense	14	6	2	6	19 - 23	14
Feirense	14	5	3	6	3[illegible] - 30	13
Sanjoanen	14	5	3	6	25 - 33	13
Chaves	14	4	4	6	23 - 33	12
G. Vicente	14	4	3	7	23 - 33	11
União	14	5	1	8	6 - 38	11
Vianense	14	4	1	9	17 - 23	9

Jogos para Amanhã

Gil Vicente — Feirense (0-1), Chaves — Oliveirense (2-8), Peniche — Boavista (1-5), Vianense — Castelo Branco (1-2), Marinhense — Caldas (1-2), Sanjoanense — União (2 0), e Torriense — Beira-Mar (1-1).

CAMPEONATOS DE AVEIRO

I DIVISÃO

TABELA FINAL DE PONTOS

CLUBES	J.	V	E.	D.	Bolas	P.
Espinho	18	3	3	2	50 - 12	47
Arrifanense	18	12	3	3	40 - 15	45
Recreio	18	11	2	5	36 - 25	42
Ovarense	18	8	4	6	34 - 26	38
Pejão	18	9	2	7	42 - 31	38
Cucujães	18	8	3	7	27 - 28	37
Lusitânia	18	6	3	9	28 - 39	33
Lamas	18	5	2	11	35 - 41	30
V. Alegre	18	4	2	12	21 - 49	28
Cesarense	18	1	2	15	12 - 60	22

JUNIORES

CLASSIFICAÇÃO ACTUAL

Sanjoanens	3	3	—	—	11- 2	9
Ovarense	3	2	—	1	13-10	7
Feirense	3	1	—	2	6- 6	5
Recreio	3	—	—	3	2-12	3

Jogos para amanhã — Sanjoanense — Recreio (2 1) e Feirense — Ovarense (2 4)

A Universidade de Brasília

Continuação da primeira página

trabalhos para a indagação científica original». O espectador fez-se actor. Em 1926, lança um inquérito sobre a educação pública em S. Paulo que o jornal *O Estado de São Paulo* foi publicando. Júlio de Mesquita Filho, director do jornal, campartilhava das ideias de Fernando de Azezedo e seria mais tarde, com o governador Armando Sales de Oliveira, um dos principais lutadores para a criação da Universidade de S. Paulo (25 de Janeiro de 1834).

O inquérito provoca reação e discussão. Os tradicionalistas sabem que estão lutando por um sistema antiquado que não vale para o Brasil, mas apesar de tudo lutam, enquanto a força racionalista das ideias novas vai ganhando legiões de novos adeptos. A crise, a sabotagem, etc., durarão pelos anos vindouros, mas cada ano que passa vai impondo o mérito e o triunfo das ideias e da coragem de Fernando de Azevedo. Em 1928 e 1929, a Associação Brasileira de Educação lança novo inquérito sobre o problema universitário brasileiro. O Dr. Lourenço Filho fundara, em 1928, a Biblioteca de Educação e nela publicara a sua «Introdução ao estudo da Escola Nova» (1930), segundo o Dr. Fernando de Azevedo «o melhor ensaio em língua portuguesa sobre as bases biológicas e psicológicas das novas teorias de educação».

Fernando de Azevedo, à frente da Prefeitura do Distrito Federal, lança a sua reforma de 1928 para o Distrito Federal, logo acarinhada por outros governos estaduais. A sua reforma, segundo sua própria expressão, estava «baseada numa concepção democrática da existência e no respeito da pessoa humana» e pretendia «alcançar aquela educação universal a que se refere John Dewey e que põe ao alcance de todos as suas vantagens e satisfaz à imensa variedade das exigências sociais e das necessidades e aptidões individuais». Num dos seus livros, em 1929, Fernando de Azevedo volta a justificar os motivos da sua reforma de ensino, essa que será a maior conquista do Brasil neste século. Em 1931, no seu livro «Novos caminhos e novos fins», reincide nessa explicação. Neste mesmo ano, funda a Biblioteca Pedagógica Brasileira com várias séries, uma delas, a terceira, intitulada «Actualidades Pedagógicas», hoje com mais de 35 000 volumes. A «educação nova», a «escola nova» sairia triunfante. A Universidade de S. Paulo (1934), a Universidade do Distrito Federal (1935) — foi seu reitor Afrânio Peixoto — logo absorvida, em 1938, pela Universidade do Brasil, participam do espírito que o Dr. Fernando de Azevedo imprimira à sua reforma de 28.

A «educação nova» foi para Fernando de Azevedo um repousar para a realidade brasileira das influências do pragmatismo e das ideias norte-americanas, sobretudo as do filósofo John Dewey.

Fernando de Azevedo confessa essa influência norte-americana. Empolgara-o o pensamento «naturalista empírico», «empirista naturalista» ou «humanista naturalista» do filósofo John Dewey. Mas o certo é que na Alemanha, na Suiça, na Inglaterra, se haviam gerado movimentos paralelos, mesmo anteriores, ao dos USA. Não é legítimo, pois, afirmar que a reforma estava a «americanizar» o Brasil pelo estilo norte-americano. A escola primária, secundária e superior não deve contentar-se com guardar e transmitir a cultura, mas deve tender a melhorar a vida do indivíduo e da sociedade. A «educação nova» cumpre conseguir essa transformação».

A primeira Universidade que se criou no Brasil foi a do Rio de Janeiro (7 de Setembro de 1920) que não passou da reunião de três institutos superiores de formação profissional: a Faculdade de Direito, a de Medicina e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1927, cria-se, em Belo Horizonte, a Universidade de Minas Gerais com a fusão das Faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia. Todas estas mantinham os processos tradicionais. Assim se afirma que a primeira Universidade do Brasil foi a de São Paulo (1934), atendendo sobretudo que é a Universidade que se cria após o decreto n.º 19851, de 11 de Abril de 1931, que impõe uma remodelação no ensino universitário, baseada no espírito das novas reformas que a de Fernando de Azevedo provocou em série. Logo surgem as já citadas Universidade do Distrito Federal (1935), absorvida em 1938 pela Universidade do Brasil. Até que surge a de Brasília...

Ao ler a Exposição dos Motivos e o projecto de Lei para a criação da Universidade de Brasília sinto uma íntima satisfação: a plena, a imorredoira vitória do espírito de Fernando de Azevedo, «o Dr. Fernando», como o tratam na Universidade de S. Paulo. Os homens medem-se com o tempo. Fernando de Azevedo triunfou plenamente. Tem a satisfação de saber a sua reforma de 1928 respeitada em 1960, satisfação que não é para todos os mortais. Era um pedagogo dentro da sua circunstância, era um cidadão, e a síntese destes elementos é tão rara quanto difícil. Respeitou a verdade e, ao cabo, a verdade se impôs. O motivo 6.º da Exposição que o Ministro da Educação do Brasil endereçou ao Presidente da República é «puro Fernando de Azevedo»: «o objectivo é dar a Brasília uma Universidade que, reflectindo a nossa época, seja também fiel ao pensamento universitário brasileiro de promover a cultura nacional na linha duma progressiva emancipação. Para tanto impõe-se dar ênfase a instituições dedicadas à pesquisa *científica* e à formação de cientistas e técnicos capazes de investigar os problemas brasileiros, com o propósito e dar-lhes soluções adequadas e originais». O ponto 9.º historia um pouco o passado, apontado com firmeza e condenando as «políticos» de faculdades muito amantes de si mesmas, sem ambição de se integrarem no cúmulo universitário: «quando, em 1931, a Lei instituiu o sistema universitário brasileiro, fê-lo pela reunião pura e simples das faculdades tradicionais, sob a égide administrativa de um reitor. Pedagògicamente, continuavam elas a ser compartimentos estanques, orgãos isolados, ciosos de sua autonomia. Um esforço louvável para conferir maior coesão nos elementos do conjunto universitário foi a criação, em 1939, da Faculdade de Filosofia, centro de preparação de professores e cientistas. A experiência tem mostrado que a Faculdade de Filosofia não cumpriu o seu profundo objectivo de ser o núcleo principal da Universidade. Continua a ser uma Faculdade a mais, à espera de medidas que melhor a articulem com todo o sistema escolar universitário.»

Segundo o ponto 12.º, «o aluno que vem do curso médio não ingressará directamente nos cursos superiores profissionais. Prosseguirá sua preparação científica e cultural nos Institutos Centrais, de pesquisa e ensino, dedicados às ciências fundamentais. Nesses órgãos universitários, que não pertencem a nenhuma Faculdade, mas servem a todas elas, o aluno buscará, mediante opção, aqueles conhecimentos básicos indispensáveis ao curso profissional que tiver em vista prosseguir. Em consequência, reduz-se a duração dos cursos pròpriamente ditos.» O ponto 13.º prossegue: «tal organização permite uma real economia, pela concentração, nos Institutos, de todos os recursos humanos e materiais destinados a uma determinada ciência, recursos ora dispersos pelos pequenos laboratórios das Faculdades isoladas. Com isso, aumenta-se também consideràvelmente o rendimento do trabalho, que passa a ser feito em equipa, por especialistas congregados dirigidos para objectivos comuns. Cultura e ciência são coisas diferentes. Assim o compreendeu a Universidade brasileira. O ponto 14.º afirma essa vontade da Universidade ser também ciência: «pode-se afirmar que, no momento, poucas são, no país, as instituições onde se possam formar cientistas e pesquisadores de alto nível. E são eles os responsáveis pelo progresso do Mundo moderno. São eles que, pela categoria e pelo número, medem a força das nações. Sem eles, o Brasil não poderá dar o passo decisivo da sua emancipação económica, nem participar da corrida atómica, definidora da paz e da guerra». O ponto 15.º explica que «os Institutos Centrais ora projectados serão o campo da formação desse pessoal indispensável à nossa segurança e prosperidade. Os estudantes que neles ingressaram não sairão, necessàriamente, para os cursos profissionais. Os bem dotados sentir-se-ão atraídos pela pesquisa científica. Haverá dispositivos próprios para fixá-los no corpo da Instituição, de modo a que prossigam os estudos e venham a tornar-se especialistas em sectores fundamentais».

Assim, o conjunto dos Institutos Centrais, formando uma espécie de Faculdade de Ciências, Letras e Artes, será um estágio intermediário. A Universidade será, pois, constituída pelos referidos Institutos Centrais de ensino e de pesquisa e por Faculdades destinadas à formação profissional. Aos Institutos cabe ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes, formar pesquisadores e especialistas e dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades. A's Faculdades compete dar formação profissional e técnica, ministrar cursos de especialização e de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

«A Universidade de Brasília

Conclui na página 4

AVEIRO através de PERGUNTAS & RESPOSTAS

Continuação da primeira página

rando-se, por acordo total, aproá-lo onde fosse mais conveniente, para salvar as vidas, pois ele estava perdido. E, assim, eram 20 horas quando o navio foi encalhado a meia milha, aproximadamente, ao sul dos palheiros das armações de pesca da Costa Nova.

Segundo contrato entre os governos português e inglês, havia sido o navio entregue ao representante da casa «Furness», e do desastre logo se deu notícia para Inglaterra. Dali vieram técnicos. Porém, circunstâncias várias impediram que os seus trabalhos alcançassem êxito.

Em princípios de Fevereiro de 1918, sendo Ministro do Trabalho o Capitão Feliciano da Costa, e repetindo os ingleses que o *Desertas* estava perdido, foi entregue a tarefa do seu salvamento ao Eng.º António Mendes Barata. A tentativa era arrojada, mas confiava-se no seu êxito. O valor do navio orçava, então, por 1 200 contos. Valia a pena salvá-lo!...

No dia 1 de Junho de 1918, iniciou-se a abertura do canal que ligaria o navio com a Ria, pois o salvamento não podia fazer-se pelo mar, tornando-se necessário meter o *Desertas* pela terra dentro até alcançar a Ria, ao longo da qual ganharia depois a barra de Aveiro.

A despesa total seria aproximadamente a seguinte:

— dragagem do canal	64.722.00
— dragagem da Ria	4.830.00
— trabalhos em terra e a bordo	18.000.00
— despesa com o pessoal, durante 5 meses . .	10.000.00
— pessoal extraordinário	12 000.00
— abertura de uma ponte e colocação da definitiva	6.000 00
— reparação do rombo no costado do navio . .	90 000.00
— reparação das caldeiras e chaminé . . .	38.000.00
— reparação dos guinchos e molinete . . .	6.600.00
— reparação das instalações eléctricas . . .	8.000.00
— outras despesas	18.000.00
— imprevistos	22.350.00
Esc.	298.502.00

As greves e as revoluções, os temporais e os roubos, e ainda o aumento de salários, fizeram exceder em muito este orçamento. As despesas apuradas dizem que se gastaram 780 contos valendo então o navio cerca de 211.000 libras.

O navio saiu finalmente a barra no dia 20 de Março de 1920, pelas 16.40. O seu salvamento constituiu um dos actos mais brilhantes de engenharia portuguesa, pois quando todos supunham o *Desertas* perdido para sempre, um ilustre engenheiro português, António Mendes Barata, entrega-o ao seu país, são e salvo, pronto a levar a toda a parte no alto dos seus mastros a Bandeira de Portugal.

M. S.

24 ***Existe em Aveiro uma fonte que foi conhecida por «Fonte da Benespera». Sabe qual é?***

É a *Fonte dos Amores*. A 60 metros para o Norte e a 2 metros de profundidade encontra-se a nascente da água que alimenta a única bica desta fonte. A sua construção ficou a dever-se ao primeiro Duque de Aveiro, D. João de Lencastre, que em 1559, em carta que enviou aos vereadores da sua vila de Aveiro, agradecia a boa vontade que mostravam em servi-lo na construção da *Fonte da Benespera*.

X.

25 ***O que foi a «Campanha do Lençol»?***

No n.º 1861, de 4 de Novembro de 1944, de «O Democrata», lê-se o seguinte:

«Obteve o êxtito que nós previmos, era de esperar e do qual nunca duvidámos, a *esmola de um lençol*, solicitada aos habitantes de Aveiro, principalmente às senhoras, pela Comissão Administrativa da nossa Santa Casa da Misericórdia e que o Corpo Clínico do Hospital auxiliou, andando de porta em porta a recolher das pessoas, a quem haviam sido endereçadas circulares, essa dádiva julgada indispensável na presente ocasião.

Foi, portanto, além da expectativa o volume das ofertas.

Bravo, aveirenses! Eram precisos 500 lençois e apareceram mais de 1000! Grande exemplo de generosidade, de caridade. Mas não foram só lençois, afinal, que o Hospital recebeu; com eles vieram cobertores, colchas, mantas, travesseiros, toalhas de rosto, e ainda outras peças de utilidade, assim como dinheiro, algum dinheiro, que de tudo a Santa Casa carece.»

D.

PERGUNTAS

27 Quando e em que condições foi construída a igreja da Misericórdia? Características arquitectónicas.

28 Houve em Aveiro alguma *Judiaria*?

29 Que sabe da *Caixa Económica de Aveiro*?

30 Qual a origem do chamar-se «cagaréus» e «ceboleiros» aos residentes nas freguesias da Vera-Cruz e da Glória?

Há alguns factos passados e relacionados com essa origem?

Cagaréu - Séc. XX

31 Como se passaram os factos antecedentes e consequentes, relativos ao chamado «roubo» do Senhor dos Passos, feita pela Vera-Cruz à Glória?

Cagaréu - Séc. XX

PROBLEMAS DA PRODUÇÃO DO SAL

PELO seu despacho n.º 1240, de 8 de Novembro de 1960, exarado sobre a informação da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, de 21 de Outubro anterior, o sr. Subsecretário de Estado do Comércio determinou o seguinte:

« Visto o despacho de Sua Excelência o Ministro da Economia, de hoje.

Aprovo a título transitório os ajustamentos dos preços de sal fino dos salgados de Aveiro e Figueira da Foz, propostos pela Comissão Reguladora, e determino, dentro da orientação do meu despacho de 31/10 p. p.º, que a Comissão Reguladora proceda, até ao final do ano em curso, à reorganização do comércio de sal propondo as medidas que forem necessárias.

Na comunicação aos interessados indicar-se-á esta determinação da reorganização do comércio do sal, e será dado conhecimento de que Sua Excelência o Ministro da Economia, por seu despacho de hoje, deu também instruções à Direcção-Geral dos Serviços Industriais para preparar a constituição de uma comissão reorganizadora da actividade salineira.

O aumento de preços, autorizado por este despacho, deve reverter a favor da produção. Deste modo, como neste momento, o sal, objecto desta determinação, se encontra parte na produção e parte nos armazenistas, grossistas e distribuidores, deverão estes entregar àquela a diferença que se apurar — como mais valia — na data de entrada em vigor deste despacho, relativamente às quantidades que tiverem em armazém. Remeta-se à Comissão Reguladora para cumprimento ».

Não temos presente a informação da Comissão Reguladora, e sem ela não poderá compreender-se com exactidão o despacho transcrito, muito de aplaudir na medida em que procura atender os legítimos direitos da *produção*, através do reajustamento dos preços, e defender aquela e o consumo, através da reorganização do *comércio do sal*.

Esperamos obter uma cópia daquela informação, para, em face dela, emitirmos o nosso parecer sobre a *exiguidade* do aumento autorizado; sobre a *compensação* devida ao sal da safra de 1960 que, à data do despacho, havia sido indevidamente entregue ao consumo; e sobre a *iniquidade*, que se tem tentado, de distrair grandes porções de sal, com destino a diversas indústrias, para ser pago... sem o aumento de preço que o despacho autorizou.

Haveremos de mostrar, com dados concretos, que, não obstante a boa vontade, revelada pelo Governo, de atender as justas reclamações que lhe têm sido formuladas, a Comissão Reguladora continua a prejudicar, *sistemàticamente*, a produção dos salgados de Aveiro e da Figueira da Foz.

Pela portaria n.º 18196, publicada no *Diário do Governo* de 12 de Dezembro de 1960, foi nomeada uma comissão encarregada de proceder ao estudo da *reorganização da produção do sal* — comissão que deverá apresentar o seu relatório no prazo de seis meses, a contar da data da nomeação dos seus componentes.

Manifesta-se aqui, uma vez mais, o bom propósito do Governo de solucionar com justiça os problemas de uma actividade importante que, respeitando directamente aos diversos salgados, interessam grandemente à economia nacional.

Sobre a constituição daquela comissão e o seu programa de trabalhos, temos também algumas considerações a fazer — e não nos furtaremos a elas, no desejo de contribuir, dentro das nossas possibilidades, para a mais conveniente reorganização da produção salineira.

Desde já manifestamos o nosso parecer de que nada de útil poderá conseguir-se sem primeiro se promover a *organização privativa da produção salineira*, em termos que garantam a impossibilidade de ser absorvida pelas actividades que, até hoje, a têm prejudicado.

Na sessão de 15 de Dezembro de 1960 da Assembleia Nacional, o Deputado sr. Dr. Paulo Cancella de Abreu referiu-se, com largueza e muito acerto, aos problemas da produção, principalmente aos dos salgados de Aveiro e da Figueira da Foz.

Transcrevemos na íntegra, do *Diário das Sessões* do dia imediato, a sua oportuna intervenção:

Sr. Presidente: o assunto de que vou ocupar-me respeita directamente a algumas regiões, mas, pela sua importância, interessa à economia geral do País.

Propus-me tratar da grave crise da indústria do sal em Aveiro, crise que é extensiva ao Salgado da Figueira da Foz e, porventura, aos do Tejo, do Sado e do Algarve. E fazia-o para apoiar e secundar as representações que a este respeito foram dirigidas ao Governo, em Setembro de 1959 e Julho do ano corrente, pelo Grémio da Lavoura de Aveiro e Ílhavo.

Porém, entretanto, chegou ao meu conhecimento que um despacho do Sr. Subsecretário de Estado do Comércio, proferido em 8 de Novembro último, autorizou, finalmente, um aumento provisório do preço da venda do sal pelo produtor; e esta circunstância não podia deixar de influir no meu espírito, não no sentido de pura e simplesmente pôr de lado a minha intenção, mas sim para registar com aprazimento o facto e louvar o sr. Subsecretário do Comércio e nosso ilustre colega, Dr. João Dias Rosas. Referência merecem também as relevantes diligências empregadas para o aludido fim pelo Governador Civil, Dr. Jaime Ferreira da Silva.

O despacho em referência eleva de 200$00 para 240$00 o antiquado preço de venda do sal pelo produtor em Aveiro, Ílhavo e Figueira da Foz e promove o estudo da organização geral da indústria respectiva.

Uma e outra decisões eram das desejadas pelos produtores, mas a subida de apenas 40$00 no preço da tonelada é inferior à actualização pretendida pelos interessados como necessária para a cobertura dos encargos progressivos da produção e legítima e justa retribuição do capital nela investido.

Sem embargo, não deixam todos os beneficiários que vivem da indústria salineira de revelar dois sentimentos: um de gratidão ao Governo por ter dedicado a sua atenção ao assunto concedendo aquele aumento no preço, embora insuficiente; outro de esperança em que o importante problema continuará a ser oficialmente considerado não só em relação ao preço do sal, mas também relativamente à organização privativa prevista no despacho, tudo com manifesto benefício para os interesses dos proprietários e exploradores das marinhas, e mesmo para a economia nacional; e, quanto a esta, também porque o sal é um género de primeira necessidade. Acresce, sob o primeiro aspecto, que é mínimo o reflexo do aumento do seu preço no custo da vida doméstica, porque se trata de um produto barato e a sua utilização no consumo caseiro atinge apenas 25 por cento da produção total.

Sob o ponto de vista de valor económico é ainda de considerar que as marinhas do continente produzem, em anos de safra regular, uma média de 240 000 toneladas (cabendo ao Salgado de Aveiro 40 000 toneladas a 60 000 toneladas nas suas 270 marinhas), havendo, porém, anos em que chega a atingir mais de 300 000 toneladas; e todos os salgados ocupam mais de 12 000 pessoas (cabendo ao de Aveiro de 1000 a 1500), entre proprietários, marnotos, contratados, encarregados, moços de faina, limpadores, carregadores, fornecedores, etc..

As causas principais da crise foram indicadas lùcidamente nas referidas representações do Grémio da Lavoura de Aveiro e Ílhavo e consubstanciam-se no baixo preço do sal pago ao produtor, no aumento constante do custo da produção, na falta de organização privativa e ainda nas fracas colheitas dos últimos anos.

O preço que tem vigorado foi revisto e fixado já há mais de sete anos e tem estado desactualizado de tal modo que pode suceder nem sempre chegar a cobrir o custo da extracção e os demais encargos, nomeadamente nas marinhas de fraca consistência económica, denominadas «marginais».

Por outro lado, era clamoroso obrigar o produtor a vender o sal pelo preço máximo de 200$00 o vagão de 10 000 kg, quando é certo que o consumidor o paga ao retalhista pelo triplo, pelo quádruplo e mais; preço este que não se justifica, tanto mais que o de venda pelo armazenista está tabelado com uma margem de lucro de apenas 10 por cento.

E também necessário não esquecer que a exploração das marinhas de sal é das mais contingentes que existem, não só porque apenas pode ser exercida no curto período de quatro meses e meio (de Maio ao equinócio), ou menos, e o volume da produção é função absoluta das várias condições climatéricas, por à escassez de sol e calor indespensáveis à evaporação no fabrico acrescerem a irregularidade dos ventos, a pressão atmosférica, a abundância de chuvas, as cheias e as marés vivas a aumentarem substancialmente a percentagem do derretimento, causando assim quebra apreciável no volume do sal empilhado em «montes», «serras» ou nas cristalinas pirâmides de 80 toneladas a 100 toneladas, que se estendem a perder de vista ao longo das margens da formosa Ria, a formar aquele inigualado panorama que constitui um dos grandes cartazes de turismo naquela região, onde a Natureza é tão pródiga em deslumbramento, pitoresco e originalidade.

Além da paralisação dos trabalhos, as chuvas diluvianas e as consequentes cheias produzem sérias avarias nas marinhas e causam nos montes de sal um desgaste semelhante ao da erosão das terras, não obstante a defesa com artística cobertura de bajunça que desde o Outono as resguarda. É ainda de notar-se a circunstância de o Salgado de Aveiro, apesar de ser o menos rotineiro em todo o País, ser aquele onde as condições climatéricas são mais desfavoráveis à exploração das marinhas.

Pode concluir-se que as quebras anuais em cada monte ou pirâmide chegam a atingir algumas toneladas. E não se deve menosprezar ainda o valor apreciável dos furtos muito frequentes, que ou são inevitáveis ou de difícil repressão.

Nos discursos proferidos na sessão de 8 de Abril de 1943 pelo Deputado Dr. António Christo e nas de 7 de Fevereiro de 1946 e 13 de Março de 1947 pelo Deputado Dr. Madeira Pinto, que eu secundei, foi larga e proficientemente tratado o problema da salicultura. Revelaram eles a gravidade da sua crise, indicaram as causas e as soluções e apontaram entre estas, além do aumento do preço, a indispensável organização privativa.

O Dr. Madeira Pinto preveniu também do perigo da iminente concorrência do sal-gema, dada a circunstância de a sua exploração ser muito mais fácil, simples e económica e a menos contingente.

O sal, embora produto pobre, é, sem dúvida, entre aqueles que a Natureza nos prodigaliza, um dos mais indispensáveis, dada a multiplicidade das suas aplicações. É imprescindível na culinária e na conservação de numerosos géneros de consumo, especialmente o peixe e as carnes; e, ainda como matéria-prima, nas indústrias da soda, do cloro, do ácido clorídrico, do sulfato e do bicarbonato de soda e outros produtos químicos.

Como revelou o Dr. António Christo, chegámos a exportar mais de 100 000 toneladas de sal em 1923, para baixar a cerca de metade em 1936, numa produção total de cerca de 220 000 toneladas nesse ano. E, presentemente, o problema da exportação não é de considerar, tão modesta ela se apresenta, devido a não podermos fazer concorrência no mercado internacional.

O emprego do sal como condimento vem dos tempos mais recuados e tem sido sempre expressivo o seu simbolismo mitológico e profano.

Já os Romanos o consideravam como uma das ofertas mais agradáveis aos Deuses.

O Dr. Madeira Pinto lembrou que ele é «produto tão excelso que se ministra logo no sacramento do baptismo como símbolo da sabedoria, que há-de manter íntegra a verdade revelada».

Ele preserva de vícios e impede o crescimento de más paixões nas almas.

Profanamente, o sal simboliza o espírito e a graça.

Mas como, por outro lado, era tradição espalhá-lo, para os tornar estéreis, nos terrenos onde se cometesse crime ou profanação, não vá, por falta de protecção, estender-se um dia tal malefício aos próprios salgados onde ele se fabrica, apesar de eles serem inocentes daqueles pecados...

Espera-se, porém, que assim não suceda, porque o Governo já começou a atender um pouco os justos clamores; e desta esperança se fazem eco estas minhas palavras, embora singelas e sem o «sal» que lhes sirva de condimento.

Tenho dito. ».

Aplaudimos inteiramente as palavras do Deputado sr. Dr. Paulo Cancella de Abreu, que nos merecem também alguns esclarecimentos.

Por agora, sem espaço para mais, limitamo-nos a registar o que aí fica — e que servirá de introdução à série de estudos que o *Litoral* se propõe publicar sobre os graves problemas da produção do sal.

Desenhos de ZÉ PENICHEIRO